



Comunicação Cidadã e Transformações Socioculturais: O Papel da Mídia Virtual em Rede na Constituição de um Novo Paradigma de Sociabilidade¹

Gustavo Barreto de Campos²

Prof. Dr. Mohammed ElHajji³

Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Diversas terminologias têm sido utilizadas para classificar uma nova ordem mundial – vinculada a conceitos como conhecimento ou informação –, caracterizada pelo esgotamento do padrão de acumulação e por significativas mudanças políticas, tecnológicas, institucionais e organizacionais. Esta nova formatação parece estar de acordo com um ideário de descentralização do próprio poder político, que atualmente permanece apenas formalizado em constituições cidadãs, sem qualquer efetividade na maior parte dos casos. O objetivo deste artigo é investigar de que forma as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem ser um instrumento eficaz para a constituição de direitos sociais.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação; Cidadania; Redes sociais

1 Introdução

Diversas terminologias têm sido utilizadas para classificar uma nova ordem mundial – vinculada a conceitos como *conhecimento* ou *informação* –, caracterizada pelo esgotamento do padrão de acumulação e por significativas mudanças políticas, tecnológicas, institucionais e organizacionais. São utilizados termos como *Era da Informação* (Castells, 1999), *Sociedade da Informação* (Mattelart, 2006), *Capitalismo Informacional* ou *Capitalismo Cognitivo* (Hardt e Negri, 2001), *Sociedade do Conhecimento* (D’Amaral, 1996), *Economia da Informação* (Stiglitz, 2001) e *Revolução da Informação* (Drucker, 1998), para citar apenas alguns autores.

¹ Trabalho apresentado ao Intercom (Divisões Temáticas), na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Mestrando em Comunicação e Cultura (2009-2010) pela Escola de Comunicação da UFRJ, onde fez sua Graduação em Comunicação (2008). Editor de conteúdo do jornal Fazendo Media, co-editor da Revista Consciência.Net e assessor de comunicação da Faculdade de Medicina da UFRJ. Colaborador de redes como a Revista Viração, a agência de notícias italiana Pressenza e a Comissão de Comunicação do Fórum Social Mundial. Atua principalmente nos seguintes temas: mídia, política, democracia, comunicação comunitária, liberdade de expressão e cidadania. Email: gb@ufjf.br

³ Orientador do trabalho. Doutor em Comunicação e professor do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. É membro do LECC (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária) e autor de vários artigos e ensaios sobre a mídia comunitária étnica. Uma parte da pesquisa sobre os grupos étnicos presentes no Brasil e sua mídia comunitária, por ele coordenada, pode ser encontrada no site: www.etni-cidade.net. Email: mohahajji@gmail.com



É importante notar que, conforme Sodré (2008):

[...] a democratização (ou qualquer ponto-de-fuga para o *status quo* monopolista) não é nada que se obtenha pela multiplicidade técnica de canais, nem por uma legislação liberal aplicada às telecomunicações, nem mesmo pela concentração de espaços promovida pelas redes cibernéticas, que faz os *grandes* equivalerem virtualmente aos *pequenos*. (p. 27)

Ainda segundo Sodré, a “tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação, a do quarto *bios* – implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental” (Idem).

Este processo de mutação tecnológica está, conforme os autores indicados, intimamente ligado ao conceito de *cidadania*, do cidadão detentor de deveres e direitos civis, políticos e sociais, de acordo com Marshall (1967). A centralidade do papel da comunicação na sociabilidade contemporânea nos faz questionar se a constituição da cidadania no Estado moderno não estaria vinculada à própria idéia da comunicação cidadã.

Em um contexto de busca por direitos neste Estado moderno, outro aspecto que chama a atenção é a crescente identificação da *mídia* com o *consumo*:

A estesia midiática é [...] a mesma do consumo. Para melhor entender esta identificação, é preciso levar em conta que o veloz empilhamento dos objetos industriais postos no mercado leva à saturação de seu valor de uso, isto é, ao limite de sua existência como pura e simples utilidade. [...] Não é tanto o objeto-valor-de-uso que move o desejo de consumir, mas a emoção ou a sensação vinculadas à semiose (marca, desenho, cores) do objeto, ou seja, à *imagem* como forma acabada de mercadoria. (Sodré, 2008, p. 59)

Esta relação possui particularidades que podem ser abordadas em diferentes contextos e esferas do cotidiano. De acordo com Kellner (2001), não é um sistema de doutrinação ideológica rígida que induz à concordância com as sociedades capitalistas existentes, mas sim os prazeres propiciados pela mídia e pelo consumo. Para Debord (1997), a satisfação que a mercadoria abundante já não pode dar no uso começa a ser procurada no reconhecimento de seu valor como mercadoria. Debord apresenta um exemplo recorrente nos dias atuais:

[...] é o uso *da mercadoria* bastando a si mesmo; para o consumidor, é a efusão religiosa diante da liberdade soberana da mercadoria. Ondas de entusiasmo por determinado produto, apoiado e lançado por todos os meios de comunicação, propagam-se com grande rapidez. Um estilo de roupa surge de um filme; uma revista lança lugares da moda, que por sua vez lançam as mais variadas promoções (1997: 44-45).

Mesmo nas denominadas atividades de *responsabilidade social* promovidas pelas empresas, Bucci (2004) identifica uma “solidariedade de mercado” – a solidariedade como



imagem autônoma ou como imagem que reforça outras imagens, e que existe no mercado “não como um fim que se basta, um fim desinteressado, mas como um argumento para o consumo”, exemplificando:

[...] o consumo de marcas (consumo que é pago em dinheiro, pela compra dos produtos), de governos e governantes (consumo que é pago em delegação de poder, pelo voto), de personalidades públicas, as tais celebridades (que são consumidas pela imitação, pela admiração, o que se renunera com índices de popularidade). (2004: 182)

Desta forma, a solidariedade, “mais que um valor ético, é um fator de lucro – ou de proteção contra prejuízos (econômicos e de imagem)” (Idem).

Em contrapartida a esse cenário de mercantilização da comunicação, surge no cenário sociopolítico mundial e, no que particularmente nos interessa, no cenário brasileiro, grupos organizados da sociedade civil que buscam relacionar a Comunicação e o Direito, pela bandeira do “direito à comunicação”. Segundo Lima destaca:

[...] apesar de juristas defenderem que o princípio fundamental do direito à comunicação já se encontra consagrado no artigo 220 da Constituição – isto é, “a proibição de restrições, resguardadas as previsões constitucionais, à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação, transmitidos sob qualquer forma, processo ou veículo” –, este direito ainda permanece uma utopia entre nós.⁴

No entanto, estes grupos se fortalecem e começam a influenciar as ações no campo das políticas públicas, por meio dos fóruns governamentais e outros centros de poder. Um dos documentos ressalta:

[...] é preciso pensar 'políticas de comunicação' com incidência muito mais ampla do que apenas sobre os meios de comunicação. Em primeiro lugar, porque a comunicação é um instrumento da própria gestão pública, essencial para a consecução dos objetivos das diversas políticas sociais. Em segundo, porque a informação é um instrumento fundamental para qualificar a participação do cidadão no processo democrático; o acesso pleno à informação é condição de exercício da cidadania⁵.

Vinculada à idéia de *cidadania*, a própria organicidade destes movimentos não pode ser dissociada da idéia do *virtual* e das redes colaborativas. Na oposição, conforme Sodré, entre o conceito de *cidadania* (ativa) e *consumo* (passivo), encontramos um paralelo na definição de *virtual*, como parte integrante da estrutura do *real*:

⁴ LIMA, Venício. Direito à Comunicação: Agenda impreterível para o novo governo. Observatório da Imprensa, 24 out. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=404IPB001>>. Acesso em 25 set. 2008.

⁵ INTERVOZES. Políticas locais para comunicação democrática. São Paulo, 2008. Disponível em <http://intervozes.tangrama.com.br/intervozes/intervozessite/publicacoes/documentos/politicas_locais.1.pdf>. Acesso em: 06 out. 2008.



[virtual] indica uma dinâmica de realização do real – a capacidade de passar de um nível da ordem para outro mediante a integração de suas possibilidades –, portanto, o potencial de produção de todos os campos humanos de ação. Integra, assim, a estrutura do real – seu horizonte necessário no interior da tradição filosófica – e pode gerar realidades que dependerão necessariamente da ordem humana (Sodré, 2008, p. 123).

Este cenário de centralização traz desafios conceituais à reorganização das bases produtivas da sociedade contemporânea, com uma enorme multiplicidade de grupos que surgem e buscam conquistar o imaginário social. Esta contradição entre as redes colaborativas e o *centro super hierarquizado* é apontado por Bentes:

[...] Essas redes culturais locais se constituem em contrastes com as políticas públicas organizadas do centro, super hierarquizadas, centralizadas, e que não resolveram ou reduziram a um nível desejável as desigualdades sociais. Hoje nós temos uma oportunidade histórica de experimentar outros modelos de políticas públicas, ainda embrionários, redes socioculturais, que funcionam justamente de forma horizontal, acentrada, rizomática, organizando a própria produção⁶.

Para Bentes, estes movimentos culturais trabalham com uma idéia de educação não-formal como porta de entrada para a educação formal e para o *trabalho vivo*: “A produção cultural da periferia também não é formal, é precária, informal, veloz, e se dá em redes, colaborativas, produzindo transferência de capital simbólico e real, poder para os movimentos socioculturais, sem os tradicionais mediadores culturais e de poder” (Idem).

A investigação a que nos propomos se baseia no diálogo entre os modelos que permitem compreender o desenvolvimento da comunicação cidadã, tal como descrita acima, por meio do estabelecimento já em andamento das *redes colaborativas e virtuais*. A partir desta problemática, é possível apontar as seguintes questões:

1. Qual a evolução da prática cidadã em função das transformações dos meios de comunicação em três períodos: a comunicação anterior à Modernidade, com a invenção da escrita, do alfabeto e da imprensa (Man, 2004); a comunicação de massa (Morin, 1967) e a comunicação *virtual* e em rede?
2. Quais os limites e horizontes desta prática?
3. Se a comunicação e a cultura se tornam temas transversais na sociedade contemporânea, que modelos servirão de base para uma formulação metodológica que privilegie o respeito a direitos fundamentais como habitação, educação, saúde etc?

⁶ BENTES, Ivana. Redes Colaborativas e Precariado Produtivo. *In* Caminhos para uma Comunicação Democrática. São Paulo: Le Monde Diplomatique e Instituto Paulo Freire, 2007.



2 Cidadania e a ação coletiva

O conceito de *cidadania*, que procuramos estabelecer como norte da pesquisa *valorativa* (Machado, 2003), não deve apenas remeter à constituição do direito moderno. No período romano de Júlio César, por exemplo, *cidadania* consistia no “interesse pela política e pelas decisões relativas à vida das cidades”⁷, que fez com que os mercadores de notícias (da Antigüidade como de hoje) passassem a considerar mais esses assuntos. Por outro lado, ao se reunir em volta das placas no Fórum Romano, as pessoas trocavam idéias sobre o que liam nos *Album* e começaram a exigir ações das autoridades.

Morin (1967) evidencia que a construção da *cidadania* tem como *locus* central o campo da comunicação e da cultura quando formula o que denominou *terceiro problema*, ou ainda *segunda industrialização*. Esta, adverte, se processa não mais nas fábricas, mas nas imagens e nos sonhos. É oriunda da imprensa, do cinema, do rádio, da televisão. Surge, desenvolve-se e projeta-se ao lado das culturas clássicas (religiosas ou humanistas) e nacionais – o *primeiro* e o *segundo* problemas. “Cultura de massa”, segundo propôs, porque produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propagada pelas técnicas de difusão maciça; destinando-se a uma *massa* social, aquém e além das estruturas internas da sociedade.

Desta forma, propomos questionar de que forma e em que medida a comunicação cidadã e as mídias virtuais e em rede se tornam a base para um novo conceito de cidadania, vinculada diretamente à idéia de participação direta na esfera pública ou, ainda, à democracia participativa.

Para Fernando Motta (1986), na era da informática o “esforço da educação no sentido de formar indivíduos livres, seguros e responsáveis, capazes de pensar por conta própria, será necessariamente maior e mais difícil no futuro do que já tem sido” (p.123).

Kellner (2001) nos dá, por fim, uma importante contribuição às estratégias de resistência:

Aprendendo como ler e criticar a mídia, resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominantes. Poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, bem como os necessários conhecimentos para produzir novas formas de cultura.

Destaca-se que as mudanças sociais não tem origem apenas nas transformações tecnológicas, conforme argumentam alguns autores⁸. Segundo Machado (2007), a mudança

⁷ MENDONÇA, Thais. Cronologia da Notícia (de 740 a.C a 2020). Rede ALCAR, GT História da Jornalismo, abril de 2004. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/.../historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/thais_mendonca.doc>. Acesso em 03 out. 2008.

⁸ Eliseo Verón, em palestra na Escola de Comunicação da UFRJ, em março de 2009, argumentou que as transformações sociais do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) dependem do que os



no entendimento da organização e ação dos coletivos sociais ocorreu, em grande parte, em decorrência das transformações no cenário político internacional. Conforme Machado:

Com o fim da guerra fria e o surgimento da simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais passaram gradualmente a ser considerados atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania. Com a dissipação das brumas do conflito ideológico, as iniciativas da sociedade civil incorporadas na ação dos movimentos sociais, mesmo que originadas "fora" do escopo político do Estado – e de seus mecanismos controles – ao invés de serem vistas como subversivas, revolucionárias ou marginais, passaram a ser entendidas como manifestações próprias, típicas e até mesmo sadias de um ambiente político e social plural. Gradualmente o Estado passou a vê-los como parceiros estratégicos e necessários que, ao mesmo tempo em que aumentavam o alcance das democracias, emprestavam legitimidade e até prestígio aos governos. (Machado, 2007)

As novas tecnologias cumpriram um papel complementar (embora central) ao contexto sociológico explicitado por Machado (2007). Conforme exemplifica o autor:

A guerra de informação durante a invasão do Iraque foi um exemplo emblemático das novas formas de atuação. Enquanto a grande *mass media* estadunidense e mundial se inclinava para uma "leitura" claramente pró-EUA, agências menores de notícias, *media* árabe, *bloggers*, coletivos sociais antiguerra, ativistas diversos e a imprensa independente davam outras versões do conflito. Esse eclético "*mass media* alternativo" difundia notícias e imagens que normalmente não chegavam aos telespectadores pelas emissoras de TV e grandes agências internacionais. Seus conteúdos proliferavam rapidamente pela rede, alcançando milhões de pessoas conectadas, ávidas por informações do conflito. Ademais, havia uma grande difusão de *e-mails*, mensagens SMS, comunicações por telefonia móvel e transmissões ao vivo do *front*, via satélite. Isto desencadeou uma verdadeira guerra de informação para conquistar corações e mentes.

Para exemplificar esta emergência do que o autor denomina "*mass media* alternativo", é notável que um dos maiores coletivos globais de mídia, o Centro de Mídia Independente, nasceu a partir da contraposição à cobertura de uma reunião ministerial da OMC (Organização Mundial de Comércio) ocorrida em 1999 (Antoun, 2006). Dez anos depois, o CMI funciona em mais de 100 países. Em sua página em inglês, os integrantes do grupo se apresentam:

O *Independent Media Center* (Centro Independente de Mídia) é uma rede de comunicação de protestos dirigida coletivamente visando à criação de narrativas radicais, acuradas e apaixonadas da verdade. Nós funcionamos através do amor e inspiração de pessoas que continuam a trabalhar por um mundo melhor, apesar das distorções e má vontade da mídia corporativa para cobrir os esforços para libertar a humanidade. (Antoun, 2006)

engenheiros produzem neste campo, em termos técnicos, e as implicações sociais são uma consequência destes empreendimentos.



O conceito de *cidadania* que utilizamos está diretamente vinculado à idéia de *direitos e deveres*. Segundo Marshall (1967), são três as dimensões básicas da cidadania:

1. **Direitos civis:** aqueles que asseguram a vida, a liberdade, a igualdade e a manifestação de pensamentos e movimentos das pessoas que integram uma sociedade regida por leis.
2. **Direitos políticos:** aqueles que dizem respeito à participação dos cidadãos no governo de sua sociedade – voto, entidades e órgãos de representação popular.
3. **Direitos sociais:** Nascidos no século XX, são aqueles que garantem condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade, assegurando-lhes uma certa participação na riqueza e bem-estar coletivos. *Educação, saúde e trabalho* formam uma espécie de tríade fundamental dos direitos sociais, não deixando de dialogar, em algum nível, com os direitos civis.

Adicionamos uma quarta e essencial dimensão:

Direitos ecológicos: Se fundam numa “nova perspectiva planetária, ética e ecológica da humanidade”⁹, como define Boff (1995): “A ecologia se tornou atualmente o contexto de todos os problemas, pois em tudo urge analisar o impacto ambiental, a qualidade de vida, a sustentabilidade da natureza, das sociedades e das pessoas e a garantia de um futuro benfazejo comum”.

3 Novas sociabilidades em construção

Parece útil para nossa argumentação identificar e analisar não apenas as formas de *resistência cultural* (Moraes, 2003) ou *contra-hegemonia* (Gramsci, 2004), mas os produtos culturais e redes de cidadania que se efetivaram como “possibilidades de transformações até então imprevistas” (Moraes, 2003: 10), conforme destacaremos a seguir, inclusive “aquelas relacionadas à virtualização de conhecimentos, às sociabilidades cooperativas e à meta de democratização da esfera pública” (Idem).

De acordo com as experiências dos grupos em rede que circulam pela esfera midiática e sociocultural contemporânea, podemos relacionar o impacto da comunicação cidadã e das redes virtuais na sociedade, identificando o mapa conceitual que permite a correlação entre cidadania, comunicação, as redes e o *virtual*.

Propomos aqui a conceituação do papel da Comunicação (como modelo, suporte e linguagem) na construção não propriamente da *cidadania* – que *a priori* parece abstrata,

⁹ BOFF, Leonardo. Auto-limitação, virtude ecológica. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/05/24/boff.html>>. Acesso em: 05 out. 2008.



sem foco de ação –, mas de redes de cidadania, *colaborativas* e *virtuais*, que em seu horizonte teórico produzem novas identidades culturais e o sentimento comunitário de pertencimento.

Como exemplos significativos de constituição de redes colaborativas e virtuais, temos – além dos casos já citados – a rede de rádio e cidadania “RadioTube”¹⁰, o evento global Fórum Social Mundial¹¹, o programa DOCTV¹² e o grupo de ativismo político Greenpeace¹³. Estes grupos se formulam e/ou se fortalecem a partir de um contexto cultural previamente delineado, que não se inicia a partir da troca descentralizada de informações.

Conforme Machado (2007), exemplos não faltam:

[...] ecologistas locais e suas redes de denuncia e articulação global, ativistas dos direitos humanos e as grandes organizações internacionais (Anistia Internacional; *American Watch*), grupos por uma globalização alternativa e as redes de organizações em apoio aos países pobres e aos excluídos dos benefícios da economia global, redes de exilados palestinos pelo mundo (como a *Palestinian NGOs Network*). Se não bastasse, observam-se alianças e trocas de informações e apoio entre as diferentes redes de coletivos sociais, explorando seus elementos comuns. Falamos, portanto, de redes, hoje, que incluem centenas de entidades, que trocam informação, formam grupos de pressão e se apoiam mutuamente. Essas redes são incomparavelmente maiores que há pouco mais de dez anos atrás, quando se começou a falar delas.

Este novo ambiente cultural torna as representações sociais destes grupos sólidas a partir da comunicação não-linear. A utilização da comunicação em rede é tida, em todos os casos que nos propomos a analisar, como *estratégica*, e não apenas como um *suporte* adicional.

4 Novas ferramentas e suas implicações sociais

Com o crescimento estrutural das formas descentralizadas de comunicações, surge a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre as novas ferramentas e suportes disponíveis e suas implicações sociais. Castells (1999) argumenta que:

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema

¹⁰ RadioTube, A Cidadania por Todas as Ondas. Disponível em: <<http://www.radiotube.org.br/>>. Acesso em 06 out. 2008.

¹¹ Fórum Social Mundial. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em 06 out. 2008. Para uma análise interessante sobre o Fórum Social Mundial, ver HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In: MORAES, Denis (org.). Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹² “DOCTV – Quando a realidade parece ficção, é hora de fazer documentários”. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/doctv/>>. Acesso em 06 out. 2008.

¹³ Greenpeace Brasil. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/>>. Acesso em 06 out. 2008.



aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio.
(p. 499)

A noção de *rede* permeia a sociedade contemporânea, com amplos usos em diversos campos da atividade humana, sendo portanto razoável a utilização do termo *sociedade em rede*. Nas últimas duas décadas do século XX, segundo Branco (2006), três importantes processos se uniram para compor essa nova estrutura social predominantemente baseada em redes (Branco, 2006 *apud* Castells, 2003):

- 1) As exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio;
- 2) As demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos;
- 3) E os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica.

O conceito mais amplo de rede, vislumbrado por Castells, já vinha sendo tema de análise por parte de estudiosos há séculos. Claude Henri Saint-Simon (1760-1825) concebia, por exemplo, a sociedade como um:

sistema orgânico, justaposição ou tecer de redes, mas também como 'sistema industrial' (...) ele concede um lugar estratégico à administração do sistema das vias de comunicação e ao estabelecimento de um sistema de crédito. Do mesmo modo que a imagem do sangue em relação ao coração humano, a circulação do dinheiro dá à sociedade-indústria uma vida unitária. (Mattelart, 2006, p. 16)

A concepção industrial das redes, pensada por engenheiros nos séculos XVIII e XIX, passa por diversas transformações e passa a ser re-elaborada de forma crítica frente à ascensão do capitalismo moderno na Europa do século XIX e o período posterior identificado como *Modernidade*. Conforme Sodré (2008):

No que diz respeito à Revolução da Informação, novo mesmo é o fenômeno da estocagem de grandes volumes de dados e sua rápida transmissão, acelerando, em grau inédito na História, isto que se tem revelado uma das grandes características da Modernidade – a mobilidade ou a circulação das coisas no mundo. Se a [Revolução] Industrial centrou-se na mobilidade espacial, a da Informação centra-se na virtual anulação do espaço pelo tempo, gerando novos canais de distribuição de bens e a ilusão da ubiqüidade humana. (p. 14)

Sodré conceitua *comunicação* como a:

aceleração do *processo* circulatório dos produtos informacionais (culturais) (...), nome da velha cepa que antes designava uma outra idéia: a vinculação social ou o



ser-em-comum, problematizado pela dialética platônica, pela *koinonia politiké* aristotélica e, ao longo dos tempos, pela palavra *comunidade*. Daqui parte a comunicação de que hoje se fala, mas vale precisar que não se trata exatamente da mesma coisa – ela agora integra o plano sistêmico da estrutura do poder. (Ibidem, p. 15)

Esta aparente mudança da *comunicação* é tida agora como “plano sistêmico da estrutura do poder”. Hall (2005: 72) classifica este sistema como *pós-moderno global*, que faz com que “a vida social se torne mediada pelo mercado global de estilos, lugares, imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados”. Dessa forma, as *identidades* se tornam desvinculadas, desalojadas. “Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha” (Idem). Foi a difusão do consumismo, argumenta, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para o que chamou de efeito de “supermercado cultural”.

Conforme destacou Santos (2002), um dos traços marcantes do atual período histórico é o papel verdadeiramente despótico da informação. De acordo com o autor, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. No entanto, ele pondera:

Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. (Santos, 2002: 38)

Também em suas investigações, Kellner (2001) reconhece que o público pode “resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida próprios” (p. 11), porém ressalta que uma de suas principais preocupações:

[...] diz respeito ao modo como as diversas formas da cultura veiculada pela mídia induzem os indivíduos a identificar-se com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes. Em geral, não é um sistema de doutrinação ideológica rígida que induz à concordância com as sociedades capitalistas existentes, mas sim os prazeres propiciados pela mídia e pelo consumo. O entretenimento oferecido por esses meios é freqüentemente



agradabilíssimo e utiliza instrumentos visuais e auditivos, usando o espetáculo para seduzir o público e levá-lo a identificar-se com certas opiniões, atitudes, sentimentos e disposições. (Kellner, 2001: 11)

Esta apropriação do debate público pelos produtos culturais apresenta inúmeros exemplos, como uma recente inserção em horário nobre, durante a novela “A Favorita” da TV Globo, em que os personagens conversam sobre a plantação de eucalipto para fins industriais, com uma clara tendência positiva para o posicionamento da indústria de celulose¹⁴.

No horizonte das investigações sobre o campo da Comunicação em rede, surgem diversas propostas, oriundas de experiências de caráter global e/ou local. Segundo demonstra Moraes (2003), “por mais profunda que seja a interferência dos aparatos de veiculação na configuração dos imaginários sociais, o mundo em rede enfeixa contradições, situações articuladas e possibilidades de transformações até então imprevistas”, inclusive “aquelas relacionadas à virtualização de conhecimentos, às sociabilidades cooperativas e à meta de democratização da esfera pública” (Moraes, 2003: 10).

Na reunião de distintas experiências cooperativas e que apresentam alternativas à “transnacionalização das indústrias culturais, à concentração patrimonial e à primazia do lucro”, Moraes lança luzes “sobre novos ambientes, práticas e vertentes comunicacionais tendencialmente propícios à disseminação de ideais participativos e aspirações solidárias” (idem). E, para justificar o esforço de tal investigação transdisciplinar da comunicação e da cultura, Moraes argumenta que “precisamos com urgência viabilizar um realinhamento equilibrado e estável dos sistemas globais de informação e entretenimento”, assegurando “o bem supremo do pluralismo” (Ibidem, p. 11).

5 Conclusão

Alguns exemplos desta mudança de paradigma gerencial já vêm sendo estudadas em todo o mundo, no âmbito acadêmico e nas redações de grandes jornais. O jornal *News & Record* (<http://www.news-record.com/>), da cidade de Greensboro, na Carolina do Norte (EUA), resolveu apostar tudo na parceria com os seus leitores, afirma Castilho (2006). O *News* já havia revolucionado os formatos jornalísticos, em 2005, ao criar uma área

¹⁴BARRETO, G. O 'merchandising social' da TV Globo e os desertos verdes. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=4125>. Acesso em: 06 set. 2005.



chamada *Town Square* (Praça da cidade) na parte mais nobre de sua edição *web*, destinada aos leitores e visitantes:

A "Praça" inclui *blogs de leitores*, *podcasts* (mensagens em áudio) e um inédito sistema de *Hometown Hubs* (terminais públicos) onde quem não tem computador em casa pode colocar mensagens e interagir com o jornal e outros leitores. O *News & Record* montou quatro terminais em diferentes bairros de Greensboro e anunciou a instalação de mais cinco em 2006.¹⁵

Castilho também destaca que as universidades também já começaram a dar-se conta da importância do fenômeno da socialização da informação. Em fevereiro de 2006, informa Castilho, começou a funcionar o Centro para Mídia Cidadã (*Center for Citizen Media*¹⁶), vinculado à Escola de Jornalismo da Universidade da Califórnia¹⁷, em Berkeley, e ao Centro Berkman para Internet e Sociedade, da Universidade Harvard¹⁸, ambas nos Estados Unidos.

O centro é uma instituição não lucrativa que tem feito pesquisas sobre o papel dos cidadãos na produção e distribuição de notícias. Um dos criadores do Centro para Mídia Cidadã é o jornalista Dan Gillmor, autor do livro *We The Media* (<http://wethemedia.oreilly.com/>). Será o primeiro centro de pesquisas do gênero no mundo. Castilho conclui:

A multiplicação de experiências e projetos antecipou o surgimento de um acirrado debate em torno das características da participação dos cidadãos na produção e distribuição de notícias de interesse comunitário. O ponto da discórdia é se este processo será marcado pelo *individualismo*, seguindo a linha dos *weblogs* pessoais, ou predominará a *autoria compartilhada*, cujo principal exemplo é a bem sucedida experiência da *Wikipédia* (<http://www.wikipedia.org/>). Por enquanto ainda é impossível dizer qual tendência predominará¹⁹.

Nota-se que a complexidade dos sistemas de comunicação no mundo contemporâneo, somando-se às novas estratégias de sociabilidade dos diversos segmentos sociais, é um importante tema de estudo que envolve uma nova relação entre a mídia dita *tradicional* e as novas mídias (Antoun, 2006; Machado, 2007; Sodré, 2008). Estas problemáticas sugerem a importância da investigação sobre o fenômeno do redimensionamento da realidade, em que o real-histórico perde espaço para a representação pela modelagem matemática de mediações prévias (Sodré, 2008, p. 147).

¹⁵ CASTILHO, Carlos. A crise do NoMínimo e os dilemas financeiros do jornalismo online independente. Observatório da Imprensa, São Paulo, 3 jan. 2006. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs/ver_comentarios3.asp?ID={CB94F270-7559-4C79-B6D9-DF4D4B588D7F}&id_blog=2&v=1>. Acesso em 9 out. 2008.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.citmedia.org/>>. Acesso em 9 out. 2008.

¹⁷ Disponível em: <<http://journalism.berkeley.edu/>>. Acesso em 9 out. 2008.

¹⁸ Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/>>. Acesso em 9 out. 2008.

¹⁹ Carlos Castilho, *ibidem*.



Neste contexto, os novos suportes de mediação sociocultural e as novas linguagens e modelos teóricos parecem interagir ativamente, crescendo igualmente o interesse pelas pesquisas e investigações científicas relacionadas.

No que diz respeito à percepção de que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem ser um instrumento eficaz para a constituição de direitos sociais, é importante notar que são traços preferenciais deste novo formato de comunicação o caráter descentralizador das redes e sua adequação ao modelo não-linear, em que a lógica dualista do emissor-receptor já não condiz mais com as novas dinâmicas de utilização das ferramentas por parte do *usuário* da rede.

Parece ser retomada, neste caso, a origem latina da palavra Comunicação, *comunicare*, que significa “transmitir”, o ato de “fazer saber”, “participar”, “estabelecer ligação” ou ainda “unir”. Comunicar, neste sentido, tem como finalidade levar a todas as pessoas o conhecimento e sentimentos com relação a uma particularidade ou a um conjunto de particularidades, bem como promover a ligação efetiva entre distintos sujeitos.

Como argumenta Machado (2007), “as organizações tendem a ser cada vez mais horizontais, menos hierarquizadas, mais flexíveis, com múltiplos nós, conectadas a numerosas microrredes ou células que podem ser rapidamente ativadas”. Conforme Castells (2001: 426), os novos movimentos sociais se caracterizam cada vez mais por “formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede”.

Esta nova formatação parece estar de acordo com um ideário de descentralização do próprio poder político, que atualmente permanece apenas formalizado em constituições cidadãs, sem qualquer efetividade na maior parte dos casos. Este tema é de interesse para a continuidade desta pesquisa.

8 Referências bibliográficas

ANTOUN, H. **Jornalismo e ativismo na hipermídia**: em que se pode reconhecer a nova mídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 16, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Informação e saúde**: uma ciência e suas políticas em uma nova era. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.



BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. II: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

D'AMARAL, Márcio Tavares (Org.). **Contemporaneidade e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DRUCKER, Peter. **A revolução da informação**. Forbes Asap, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.centroatl.pt/edigest/digital/edicoes/di3ten.html>>. Acesso em: 05 out. 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.193-251; edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

LIMA, V.A. **Mídia**: teoria e política. 2a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003, p. 09-21.

MACHADO, Jorge Alberto S.. **Ativismo em rede e conexões identitárias**: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 abr. 2009. doi: 10.1590/S1517-45222007000200012.

MAN, John. **A revolução de Gutenberg**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.



MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp. 63-64.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX**: o espírito do tempo II: neurose. vol. I. São Paulo, Forense, 1967.

MOTTA, Fernando. **Organização & Poder**: Empresa, Estado, Escola. São Paulo: Atlas, 1986, p.123.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002. 9a ed., p. 38-40.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

STIGLITZ, Joseph E. **Prize Lecture: Information and the Change in the Paradigm in Economics**. Aula de aceitação do Prêmio Nobel. 08 dez. 2001, Aula Magna, Universidade de Estocolmo.